

**HABEAS CORPUS Nº 567.565 - SP (2020/0071559-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : JOSE LUIZ DE ARRUDA GONCALVES**  
**ADVOGADO : JOSE LUIZ DE ARRUDA GONCALVES - SP103162**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ANDRE MARCIANO ABRAO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ANDRE MARCIANO ABRAO, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2047870-12.2020.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado como incurso nos artigos 33 da Lei 11.343/2006 e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/2006.

Buscando a anulação do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido.

Sustenta o impetrante que o réu permaneceu indefeso durante uma das audiências de instrução realizadas por meio de carta precatória.

Afirma que ao expedir a deprecata o magistrado singular não observou as formalidades previstas no Comunicado CG 1.743/2019, razão pela qual o defensor público não compareceu ao ato.

Aduz que, além de o réu não haver sido apresentado, não foi assistido pela defesa técnica na referida assentada, o que demonstraria os prejuízos por ele suportados.

Considera que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Argumenta que diante a nulidade do ato em apreço, o acusado deveria ser colocado em liberdade em razão do excesso de prazo da custódia.

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação da audiência em questão, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que "*ausente teratologia ou evidente ilegalidade na decisão impugnada capaz de justificar o processamento da presente ordem, pela mitigação da Súmula 691 do STF, deve-se resguardar a competência do Tribunal Estadual para análise do tema e evitar a indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 544.768/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 14/02/2020).

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a autoridade impetrada esclareceu que "*o acolhimento do pedido liminar em 'habeas corpus' somente é viável quando o constrangimento ilegal seja manifesto e detectado de imediato, o que não ocorre neste caso, revelando-se impossível neste juízo sumário de cognição a análise da suposta nulidade invocada na*

inicial" (e-STJ fl. 15).

Acrescentou que *"não há como fazer a análise mais ampla dos requisitos legais para a revogação da prisão preventiva, até porque tudo isso deve ser relegado ao julgamento do mérito do 'writ' pela colenda Câmara, pois a medida não se presta a antecipar a tutela jurisdicional"* (e-STJ fl. 15).

Tal entendimento está de acordo com a jurisprudência deste Sodalício, que já decidiu que *"deve ser mantida, por seus próprios fundamentos, a decisão monocrática em que se indefere medida liminar em habeas corpus, no qual se pretende o reconhecimento de nulidade alegada e a suspensão do julgamento dos embargos infringentes no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, uma vez que o pedido liminar se mostra incompatível com o juízo antecipado e superficial, além de do pleito se confundir com o mérito da impetração"* (AgRg no HC 420.561/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018).

Na mesma esteira:

**AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO MÉRITO. NÃO CABIMENTO DE RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE FUNDAMENTADAMENTE DEFERE OU INDEFERE O PLEITO LIMINAR.**

*1. O habeas corpus é o remédio que tem por escopo evitar ou cessar a violência ou coação à liberdade de locomoção, decorrente de ilegalidade, teratologia ou abuso de poder.*

*2. Como medida cautelar excepcional, a concessão da liminar em habeas corpus, exige a comprovação de plano do periculum in mora e do fumus boni iuris.*

*3. Nos termos da petição inicial do habeas corpus, o impetrante buscou, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva, matéria nitidamente afeta ao meritum causae, que demanda uma apreciação mais aprofundada e exauriente do tema, o que é impossível com a análise em caráter liminar e precário.*

*4. Esta Corte é firme na compreensão de que não cabe recurso contra decisão que defere ou indefere, fundamentadamente, o pedido liminar em habeas corpus. Precedentes.*

*5. Agravo regimental não conhecido.*

*(AgRg no HC 402.389/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 17/08/2017)*

Com igual orientação:

**AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR. ANÁLISE QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. AUSÊNCIA DE FUMUS BONIS IURIS. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. Conforme consignado na decisão agravada, o exame do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito do recurso ordinário em habeas corpus, a ser realizado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em*

# Superior Tribunal de Justiça

*cognição sumária e perfunctória, não se vislumbra manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida liminar.*

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na MC 22.126/CE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 07/04/2014)

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Em arremate, é pacífico neste Sodalício que "*a desclassificação do homicídio doloso para a modalidade culposa depende do exame aprofundado de provas, o que não pode ser feito na via eleita*" (HC 503.729/BA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 14/02/2020), o que reforça a impossibilidade de processamento deste *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator